

AGGIORNAMENTO OU FUMAÇA DE SATANÁS : INTERPRETAÇÕES SOBRE O VATICANO II NO CATOLICISMO BRASILEIRO

Alfredo Moreira da Silva Júnior
Mestre (UENP-FAFIJA)
professor.alfredo@ibest.com.br
GP Igreja Católica no Brasil

A compreensão dos acontecimentos do Século XX significou para o Vaticano, um de seus maiores desafios, durante quase dois milênios de existência, nunca antes a Igreja tinha enfrentado tantas transformações na sociedade , seja no aspecto sócio-cultural, político ou tecnológico, embora houvesse um enfrentamento em relação à modernidade desde o século XVI ¹, É fato que a Igreja sofreu grandes reveses com as Revoluções Burguesas e o avanço do liberalismo, porém, até o séc. XIX o ritmo das transformações era mais perceptível nos campos econômico e tecnológico , os reflexos sócio-culturais destas transformações vão se fazer sentir somente no próximo século, sobretudo nos países de capitalismo periférico, já não seria mais possível para a Santa Sé , continuar com práticas pastorais que colocavam os clérigos acima do mundo. Se por um lado, havia a necessidade de se romanizar o catolicismo como forma de enfrentamento ao processo de laicização dos Estados , por outro, era cada vez mais urgente a adoção de novas estratégias pastorais para adaptação aos novos tempos” . O Vaticano II representou nas palavras de João XXIII este *aggiornamento* ², no entanto, o Concílio será interpretado dentro da própria Igreja de várias maneiras, através de significados que variaram de acordo com os anseios de cada comunidade. As diversas interpretações acabaram por acarretar divergências que levaram o papa Paulo VI a dizer que sentia após o Concílio que a Fumaça de Satanás estava penetrando no templo de Deus³pretende-se neste artigo, retomar a partir de uma temática que foi pano de fundo de minha dissertação de mestrado⁴ algumas reflexões sobre as divergentes interpretações a respeito do Concílio no Brasil .

¹ Referimo-nos ao Concílio de Trento que reafirmou os dogmas da Igreja frente à Reforma Religiosa sobretudo a infalibilidade papal.

² Termo utilizado por João XXIII para designar a adaptação do princípios católicos à nova realidade sócio-cultural.

³ Tal fato ocorreu em seu pronunciamento aos membros do Pontifício Seminário Lombardo em 07 de dezembro de 1968.

⁴ Catolicismo, poder e tradição: um estudo sobre as ações do conservadorismo católico brasileiro durante o Bispado de D. Geraldo Sigaud em Jacarezinho (1947-1961) . Assis, 2006.

Nunca a humanidade sofreu tantas transformações tecnológicas, sociais e políticas quanto no século XX, já na década de 40, o Papa Pio XII centrou seus esforços no sentido de conter os males trazidos pela modernidade e manter a Igreja sob num contexto de romanização e conservadorismo. A II Guerra Mundial significou não só um perigo para a própria autonomia do Estado do Vaticano como também para a sobrevivência do Catolicismo nos países dominados pelas tropas do eixo. Se é verdade que as ditaduras da direita receberam forte apoio do integrismo católico por toda a Europa, também é fato que católicos sofreram perseguições por parte de regimes ditatoriais como o nazismo . PIO XII em sua *Mit Brennender Sorge* deixa claro que aquele não era um sistema político que pudesse ser apoiado por católicos,

A Mit Brennender Sorge (“ com viva ansiedade”) denunciava tanto as ações diretas do governo contra a Igreja, violando a concordata, quanto a teoria racial nazista em geral. Deu uma surpreendente e deliberada ênfase à validade permanente das Escrituras judaicas, e o papa denunciou o “culto idólatra” que substituiu a crença no verdadeiro Deus por uma “religião nacional” e pelo “mito da raça e do sangue”. Contrastou essa ideologia perversa contra a doutrina da Igreja, na qual havia um lugar “para todos os povos e todas as nações” (DUFFY, 1998.p.261.)

No entanto, o expansionismo nazista e a ocupação da Europa pelas tropas do Eixo foram um problema que ficou para seu sucessor acusado por uns de ser o Papa de Hitler⁵ e por outros de ser o Papa dos Judeus⁶. Os próprios documentos do Vaticano abrem caminho para as duas visões. Realmente, havia uma dualidade nas ações de Pio XII na busca de haver condições de manter a Igreja livre de perseguições, do modo que,

No fim de 1942, Pio XII finalmente cedeu à pressão crescente e incluiu na mensagem de Natal o que lhe pareceu uma clara e inequívoca condenação do genocídio. Exortou todos os homens de boa vontade a trazer a sociedade de volta ao governo de Deus. Tratava-se de um dever, declarou, que tínhamos para com os que morreram na guerra, para com suas irmãs, suas viúvas e seus órfãos, para com os exilados e para com “as centenas de milhares de inocentes mortos ou condenados à lenta extinção , por vezes unicamente devido a sua raça ou a sua descendência” (ibid., p.264.)

A condenação das atrocidades cometidas pelo nazismo não tinham sido bem evidenciadas segundo os mais críticos. Pio XII teria sido muito tímido diante de todo o horror pelo qual passava a humanidade:

⁵ É a posição de CORNWELL, John. *O Papa de Hitler*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

⁶ Nesta linha temos a posição de AVRAHAM, John. *Os judeus do Vaticano*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

Tanto Mussolini quanto o embaixador alemão Ribbentrop ficaram irritados com esse discurso, e a Alemanha considerou que o papa abandonara sua pretensa neutralidade. Para eles Pio havia condenado inequivocamente a ação nazista contra os judeus. Mas nem todos pensavam assim. Aos aliados, e não só a eles, mas também a alguns no Vaticano, a mensagem tinha sido fraca, oblíqua e cifrada, quando a horripilante realidade exigia algo mais impetuoso e direto. Tinham a certeza de que Pio XI teria agido de outro modo. Este sentimento se manteve em sigilo durante a vida de Pio XII; depois da guerra, foi o gigantesco esforço humanitário do Vaticano – seus funcionários processaram nada menos que 11.250.000 investigações de desaparecidos – que chamou a atenção e despertou gratidão. Todavia, em 1963 o problema veio à tona na controvérsia pública suscitada pela peça *O representante*, de Rolf Hochhuth, que retratava um Pacelli avaro e anti-semita, recusando-se a qualquer esforço em favor dos judeus de Roma em 1943. A polêmica cresceu desde então (ibid. p. 264).

No final da II Guerra é que o Papa enfrentaria seus maiores dilemas, atormentado pelos fantasmas do passado e incapaz de lidar com os desafios do futuro.

Seu sucessor, João XXIII, foi escolhido num conclave onde o colégio cardinalício estava bastante dividido entre os mais conservadores e aqueles que gostariam de “novos rumos”. Sua missão era ser um “Papa de transição”. Seu nome tinha bom trânsito nos dois lados e já em idade avançada teria certamente um breve pontificado. Os cardeais só não esperavam que este seria um pontificado que mudaria a face da Igreja Católica, principalmente, na América Latina. A convocação do Concílio Vaticano II mostrou um primeiro passo para o que João XXIII chamava de *aggiornamento* da Igreja. Sem dúvida nenhuma, as decisões do concílio serão ao longo dos anos posteriores, o grande motivo para o embate entre as tendências políticas e pastorais que se formaram entre os bispos no Brasil.

MAINWARING (1987, p. 56-57) afirma que “por volta de 1955 havia três facções principais da Igreja”, primeiramente, os tradicionalistas. Tradicionalistas mas não no sentido do termo antes dos anos 50, quando se aplicaria ao catolicismo popular e Ibérico, o grupo que ele denomina tradicionalistas na verdade ainda seguiam as regras da romanização e da neocristandade. Segundo eles a “A Igreja deveria seguir no combate à secularização e no fortalecimento da presença da instituição na sociedade”. O segundo grupo seria o dos chamados *modernizadores conservadores*, aqueles que “acreditavam que a Igreja precisava mudar para cumprir sua missão no mundo moderno com maior eficácia”. O terceiro grupo era composto pelos chamados *reformistas*, “essa facção compartilhava da preocupação dos modernizadores conservadores com um trabalho pastoral mais intenso e uma educação religiosa mais eficaz, mas suas posições sociais eram mais progressistas”.

O Concílio Vaticano II foi precedido por uma longa fase preparatória onde os bispos de todo o mundo deveriam opinar sobre os rumos a serem tomados. O ponto mais

importante do concílio dizia respeito a seu caráter não condenatório e ecumênico. Os problemas da Igreja e da Humanidade em âmbito mundial deveriam ser debatidos sempre levando-se em conta a Igreja não mais “acima do mundo” e sim “no mundo”. Para CASTRO (1985, p.16) ,

É nesse momento que o leigo atinge seu momento maior de participação ativa da Igreja . Participação que, sob um ponto de vista social, chega a ter uma importância ou um peso no mínimo tão importante quanto o do próprio clero ou mesmo o do episcopado. É a denúncia das injustiças, são os esforços de promoção humana que acompanham o arejamento da igreja nascido do sopro do Espírito, através de João XXIII. É a Igreja a se atualizar, a se por em dia com os problemas humanos do tempo presente.

As decisões do Vaticano II , foram interpretadas de diferentes maneiras nas diversas regiões do mundo. Na América Latina, a maioria dos bispos tanto tradicionalistas como reformadores, viram no Concílio uma grande mudança de rumo nas relações que a Igreja mantinha com os fiéis ,

... o Concílio enfatizou a missão social da Igreja, declarou a importância do laicato dentro da Igreja, motivou por exemplo maiores responsabilidades, co-responsabilidade entre o papa e os bispos, ou entre padres e leigos dentro da Igreja, desenvolveu a noção de Igreja como o povo de Deus, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível e introduziu um série de outras modificações (MAINWARING, op.cit. p.62)

Para os reformadores, seria a chance de ter uma Igreja adequada aos novos tempos, adaptando-se às transformações na sociedade ,

“ O Vaticano II foi o motor de toda essa mudança; foi quem sistematizou. Sempre houve, na Igreja, teólogos, pastores e leigos que assumiram uma posição dialética, em favor dos oprimidos, mas foi só a partir do Vaticano II que essa posição tornou-se oficial e as atitudes foram sendo sistematizadas. (...) O que fez com que eu me colocasse ao lado do povo, foi o vaticano II”(PIRES apud MAINWARING, p. 63.)

Já os tradicionalistas, percebiam no Concílio a “fumaça de satanás no templo de Deus” . Havia uma percepção de revolução mundial em andamento e o perigo da destruição do mundo cristão . Plínio Correia de Oliveira (apud ANTOINE, 1980, p 22.), um dos porta-vozes dos setores tradicionalistas dizia que a revolução :

“não é um sistema, mas toda uma cadeia de sistemas ideológicos”cujos três grandes momentos são sucessivamente a Pseudo-reforma da Renascença, a Revolução Francesa e o comunismo da Revolução de Outubro. A causa

profunda dessa revolução é uma “explosão de orgulho e sensualidade”. Com efeito, “o orgulho leva ao ódio de toda superioridade, e portanto à afirmação de que a desigualdade como tal é um mal em todos os planos, principalmente no metafísico e no religioso. É o aspecto igualitário da revolução. A sensualidade como tal tende a derrubar todas as barreiras. Não tolera freios e conduz à revolta contra toda a autoridade e toda lei, seja divina ou humana, eclesiástica ou civil. É o aspecto liberal da revolução”. Esses dois aspectos “ se conciliam na utopia marxista de um paraíso anárquico no qual uma humanidade altamente evoluída, ‘ emancipada’ de qualquer religião, viveria numa ordem profunda sem autoridade política e numa liberdade total da qual não decorreria nenhuma desigualdade”.

Especificamente no caso brasileiro, o debate entre os reformistas e tradicionalistas foi tomando cada vez mais orientações políticas. Estas posições se tornariam cada vez mais complicadas, em virtude do confronto entre capitalismo e socialismo, a Revolução Cubana e a forte presença norte-americana no Brasil. No início dos anos 60, o governo Goulart mostra-se cada vez mais engajado na implementação das reformas de base reivindicadas pelos movimentos populares. Na própria Igreja, já existiam, desde os anos 50, diversos movimentos de engajamento político representando interesses tanto de tradicionalistas como de reformistas. A perspectiva de que poderia haver uma revolução socialista, não era vista como um “ delírio dos setores tradicionalistas”, estava presente nos debates políticos da época, e em algumas publicações como a *Revista Brasileira*. Logo,

O projeto social dos nacionalistas econômicos da *Revista Brasileira* era bastante diverso daquele defendido pelo nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e do ISEB. Pregavam a aliança dos “setores sociais populares” (proletários, camponeses e progressistas) na defesa da industrialização e de reformas estruturais, sobretudo a agrária, para viabilizar a elevação do padrão social e econômico da população brasileira. O grande objetivo não era simplesmente o aprofundamento da industrialização, mas a ampliação da qualidade de vida e de trabalho da maior parte possível da população rural e urbana. Consideravam que as principais ameaças à consecução desse projeto político e social viria, no plano externo, dos interesses do grande capital internacional (“sistema imperialista”) e, internamente, da oposição dos latifundiários e da burguesia local coligada aos interesses do capital estrangeiro. (MOREIRA, 2003, p.172.)

O Concílio sem dúvida, envolveu a Igreja no Brasil em dois sentidos: de um lado, apoiar ou rejeitar o Concílio demonstraria a própria opinião política que poderia ser a opção preferencial pelos pobres, com o uso de uma liturgia mais adequada aos novos tempos ou, por outro lado, rejeitando-se o Concílio optar-se-ia pela manutenção da Igreja ainda Medieval, ou seja, anti-ecumênica e anti-modernista. Estas transformações na liturgia e a

“aproximação com as massas” , passam a serem atacadas como o próprio sinal dos tempos pelos tradicionalistas.

Os anos imediatamente posteriores à II Guerra Mundial causaram grandes mudanças no mundo ocidental, como vimos anteriormente. A hegemonia capitalista faz com que o sistema avançasse em patamares nunca antes vistos, ao ponto dos países em desenvolvimento não serem mais observados meramente como fornecedores de matérias primas e consumidores de produtos acabados como na primeira metade do século XX. A nova dinâmica capitalista envolvia mais que isso, era o caso de investir nesses países exportando o próprio parque industrial para o terceiro mundo. No quadro brasileiro, podemos observar as condições político-econômicas capazes de viabilizar este projeto a partir da chamada “Era JK” . Tal fenômeno é intitulado “nacional desenvolvimentismo”.

Embora hoje a idéia de “ desenvolvimento nacional” nos pareça ampla e imprecisa para qualificar um projeto social específico, o fato é que , para os contemporâneos do governo JK, o conceito tinha um sentido muito claro: industrialização. Não se confundia, desse modo, com a idéia de um processo de desenvolvimento baseado exclusiva ou prioritariamente no setor agropecuário . Entre os segmentos mais radicais, significava também a modernização da sociedade nacional, via reformas profundas no sistema político-eleitoral, na administração do Estado, na estrutura agrária, na educação e nas relações internacionais (ibid.,p.172.)

A burguesia nacional tinha interesse na expansão dos investimentos estrangeiros no país. Com isto, haveria a possibilidade de se conseguir parcerias na área empresarial e se “livrar” de um modelo econômico agrário-exportador já considerado superado. Desta forma:

Desde o colapso econômico de 1929, ficou relativamente claro para setores políticos e intelectuais importantes do cenário brasileiro o quanto era frágil a nação, justamente por ter-se sustentado em um processo de desenvolvimento dependente do mercado externo, isto é, modelo agrário-exportador. O antídoto proposto para combater tal fraqueza da nacionalidade era, não por mero acaso, o desenvolvimento de uma indústria nacional, cujo florescimento deveria ancorar-se no mercado interno. A opinião de Gabriel Passos, então deputado udenista por Minas Gerais e ativo militante nacionalista, é ilustrativa. De acordo com o parlamentar, “...um país só se libera , um país só progride quando transforma as próprias riquezas. O país meramente exportador de matéria-prima é país fadado ao aniquilamento e ao perecimento.” (MOREIRA, loc.cit.)

A estratégia de mercado das multinacionais que se instalaram no Brasil, era a mesma que passou a dominar o Capitalismo em nível mundial na segunda metade do século XX. Era simplesmente baseada na inversão das leis da economia. Ao invés do mercado estabelecer a produção, a produção estabeleceria o mercado. Isto seria possível a partir da criação de novas necessidades para os consumidores. O consumismo até então restrito aos países desenvolvidos e às camadas mais abastadas dos países mais pobres, passa a ser estendido à maior parte da população.

Surgem novos estilos de vida aos moldes norte-americanos e mais facilidades de crédito. O resultado de todo este esforço é um processo forçado de urbanização seguido de um violento êxodo rural causado pelas mudanças na economia e pela política do desenvolvimento industrial a todo o custo. Neste novo panorama sócio-econômico, uma instituição como a Igreja Católica sempre atrelada aos interesses das elites, parecia estar numa encruzilhada histórica na medida em que combatia os males da modernidade, colocava em risco a própria dinâmica do sistema capitalista do pós-guerra. Como continuar combatendo o cinema, os programas populares do rádio, a televisão, os bailes, enfim os novos hábitos que pareciam concorrer com a própria instituição? Verificou-se que os fiéis preferiam estes novos prazeres a assistir às missas. O domingo, outrora dia reservado ao Senhor, passaria a ser o dia das diversões cada vez mais abundantes e atrativas, principalmente das elites que outrora lotavam as Igrejas. A maneira de “enxergar” estes novos problemas que iam se avolumando e como inserir o catolicismo neste novo contexto, provocou a formação de diferentes grupos de influência dentro da Igreja no Brasil.

Enquanto a urbanização trouxe para o catolicismo os “problemas” ligados ao novo estilo de vida, por outro lado, a vida no campo tornava-se cada vez mais difícil em virtude da falta de políticas agrícolas coerentes com os interesses dos pequenos e médios proprietários rurais. Os debates políticos no período demonstram uma preocupação com essa questão,

Os políticos progressistas, fossem eles reformistas sociais ou simplesmente liberais interessados no aprofundamento do capitalismo industrial, eram unânimes quanto à crítica ao latifúndio. Presumiam que, na ausência de um processo distributivo de terras (reforma agrária), capaz de elevar o padrão social e econômico das massas rurais, dificilmente a industrialização nacional seria bem-sucedida, pois tornar-se-ia sufocada pela ausência de mercado interno consumidor. (ibid.p.168.)

A reforma agrária como meio de diminuir as tensões no campo e evitar o êxodo rural não saiu do papel e com isso, a boa parte da população do campo e das cidades interioranas teve um acesso mais restrito à sociedade de consumo . A Igreja encontraria assim, um campo mais fértil para agir se modificasse sua ação pastoral. A criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil revela uma adaptação da Igreja aos novos tempos, ao menos, no Brasil. D. Hélder Câmara foi o grande articulador da criação desta conferência até então inédita em todo o mundo católico,

Em 1947, quando ele e o advogado mineiro, membro da Ação Católica, Vieira Coelho, se manifestaram pela primeira vez sobre a construção de uma barca totalmente nova para que a Igreja pudesse velejar no mar dos tempos modernos (*de acordo com entrevista no Jornal do Brasil, em 1972*) , sua carreira ainda não estava em evidencia . Hélder rabiscou algumas linhas, criticando a Igreja, na esperança de reescrever seu futuro. Para tanto, a estrutura ainda sem nome que Hélder propôs formalmente em 1950 a Mons. Carlo Chiari, Núncio apostólico no Brasil, visava a cobrir três tarefas “administrativas”: revitalizar as linhas de comunicação entre os bispos do país; superar as lacunas individuais dos membros do episcopado nacional; prover uma unidade mínima à administração cotidiana e a outros esforços da Igreja. Mons. Montini, ajudante do núncio e futuro Papa Paulo VI, prometeu criar a “ Conferência “. Um ano depois, Hélder foi novamente a Roma e, somente em 1952, a Santa Sé houve por bem permitir o nascimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (DELLA CAVA, 1975, p.34.)

A CNBB terá um papel fundamental nos próximos anos na defesa das camadas mais carentes, “ colaborando” com o governo e, ao mesmo tempo, cobrando políticas sociais mais coerentes . Tais diretrizes segundo DELLA CAVA (op.cit. 1978), seguiam as estratégias do próprio Vaticano para deter o surto revolucionário na América Latina. Deste modo,

O apelo dramático do Papa João XXIII, logo após a Revolução Cubana de 1961, é um documento importante, no qual o Vaticano apóia a cooperação íntima entre a Igreja Católica no Brasil e o Estado Brasileiro . “ Os bispos deveriam demonstrar aos governos e a todos os responsáveis , a urgência de reformas estruturais e melhoramentos para as massas subdesenvolvidas. A hierarquia e a Igreja, de forma subsidiária, deveriam cooperar nesta melhoria e dela participar ativamente.”

Porém, Os setores tradicionalistas da Igreja passam a questionar cada vez mais o apoio dado às reformas de base pela CNBB . Dentre os bispos tradicionalistas

destacam-se por sua posição abertamente contrária a este apoio os bispos de Jacarezinho e de Campos (Rio de Janeiro) .

D. Geraldo de Proença Sigaud juntamente com D. Antônio de Castro Mayer, Bispo de Campos, incumbiram-se de escrever um capítulo “ doutrinário “ no livro publicado em novembro de 1960 pela Editora Vera Cruz, intitulado “ *Reforma Agrária*” *Questão de Consciência*. Nele, os bispos afirmam que não se opõem à “ verdadeira “ reforma agrária que seria uma reforma baseada nos princípios católicos, mas se colocam contra a pseudo reforma agrária (que sempre destacam entre aspas) como fruto das idéias socialistas que estariam se disseminando pelo Brasil. Para eles, devido à “ crise brasileira” (crise na produção, no transporte, nas finanças) , oportunistas buscariam mostrar uma saída para esta crise e a “ Reforma Agrária” seria esta saída.

Como explicar que num “ curto” espaço de tempo , a opinião pública pudesse ter mudado com relação à reforma agrária ? Para os bispos, trata-se de uma ideologia que se implantou gradualmente em pequenos “ círculos” e, foi se infiltrando nos meios políticos, sociais, técnicos e religiosos. Teríamos um socialismo ateu e radical, um socialismo laico e moderado e o socialismo dito “ católico “ . Sobre este “socialismo católico“, não se pode perceber pelo texto, se é uma referência ao socialismo cristão ou à ala progressista da Igreja. Diante da aceitação cada vez maior das idéias socialistas pelos diversos setores da sociedade brasileira, os próximos tópicos serão destinados a passar ao público leitor do livro uma visão do socialismo a partir do conservadorismo católico. Afirmam que : “A doutrina socialista é incompatível com a propriedade e a família” (OLIVEIRA, 1960, p.31).

Ressaltam-se, inicialmente, o que seriam características do socialismo, tais como, o materialismo, o hedonismo, a busca pelo igualitarismo pleno em detrimento da família e da propriedade privada, até a implantação do totalitarismo, como se segue :

No atual estágio da evolução humana, já é possível abolir a propriedade, a hierarquia social e a família (esta última é uma evidente fonte de desigualdades), e reconhecer que o Estado é o único titular de todos os direitos. Ao Estado, dirigido pelos operários e camponeses, competirá manter a igualdade plena entre os homens (OLIVEIRA, loc.cit.).

Deflui o raciocínio que o direito de propriedade nasce da natureza do homem.

Na raiz da oposição entre a tese socialista contrária à propriedade privada e a tese católica, favorável a esta última, há uma diferença de concepção a respeito da natureza humana.

Para o socialismo, o homem não é senão uma peça da imensa engrenagem que é o Estado.

A doutrina católica o vê com outros olhos.

Todo ser vivo é dotado por Deus de um conjunto de necessidades, de órgãos e de aptidões que estão postos entre si numa íntima e natural correlação. Isto é, os órgãos e as aptidões de cada ser se destinam diretamente a atender às necessidades dele.

O homem se distingue dos outros seres visíveis por ter uma alma espiritual dotada de inteligência e vontade. Pelo princípio de correlação que acabamos de enunciar, a inteligência serve ao homem para conhecer suas necessidades e saber como satisfazê-las. E a vontade lhe serve para querer e fazer o necessário para si. Está, pois, na natureza humana conhecer e escolher o que lhe convém. (ibid., p.33).

O discurso continua no sentido de demonstrar que da partilha das propriedades ressurgiria a desigualdade social. A igualdade total na verdade, levaria ao caminho de uma ditadura onde os direitos individuais não seriam mais respeitados em prol do estado totalitário. Sobre a família, seria fundada na mesma natureza da propriedade e que seria justo que um pai de família acumulasse bens para prevenir seu futuro ou mesmo deixá-lo como herança aos filhos. O acúmulo é visto como dádiva divina para aqueles que se esforçam de maneira lícita para consegui-lo.

Para mostrar a incompatibilização do socialismo com a doutrina católica, citam-se trechos de encíclicas Leão XII, *Diuturnum Illud*, de 29 de junho de 1881; Pio IX, Encíclica *Noscitis et Nobiscum*, de 8 de dezembro de 1849 e Pio XI, Encíclica *Quadragesimo Anno*, de 15 de maio de 1931.

É enganoso pensar que só o comunismo seria condenado pela doutrina, condena-se também, toda a forma de socialismo, incluindo-se aí até mesmo o socialismo cristão ou socialismo católico, chamado pelos tradicionalistas de socialismo róseo. Este posicionamento não é respaldado diretamente na doutrina como em outras partes do livro, talvez para evitar maiores polêmicas. Para o integrismo⁷ católico, as duas encíclicas papais citadas dão sustentação para a condenação veemente do socialismo cristão. A primeira delas é a *Quadragesimo Anno* que explica serem

Católicos e socialistas: termos contraditórios.

⁷ O termo integrismo foi utilizado por Antoine (1980) para designar o catolicismo integral, o grupo da organização de defesa da Tradição, Família e Propriedade – TFP e dos Bispos D. Geraldo e D. Antonio.

E se este erro, como todos os mais, encerra algo de verdade, o que os Sumos Pontífices nunca negaram, funda-se contudo numa concepção da sociedade humana diametralmente oposta à verdadeira doutrina católica. Socialismo religioso, socialismo católico são termos contraditórios: ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista (PIO XI, 1959, p.44) .

Outra encíclica de Pio XI escrita em 1937, seis anos após a *Quadragesimo Anno* , continuou a condenar o socialismo e qualquer ligação de católicos com suas idéias ainda que se trate-se apenas de simpatizantes. Destaca-se no texto, uma preocupação com as transformações no movimento comunista internacional visando uma aproximação com os católicos. Daí dizer :

O comunismo manifestou-se no começo tal qual era toda a sua perversidade, mas logo percebeu que assim afastava de si os povos; mudou então de tática, e procura arditamente atrair as multidões, ocultando os próprios intuitos atrás de idéias, em si boas e atraentes.

Destarte, vendo o desejo comum de paz, os chefes do comunismo fingem ser os mais zelosos fautores e propagandistas do movimento pela paz mundial; mas ao mesmo tempo excitam os homens para a luta de classe, que faz correr rios de sangue, e, pressentindo falta de garantia interna de paz, recorrem a armamentos sem limites. Assim, sob denominações várias, que nem sequer fazem alusão ao comunismo, fundam associações e periódicos , que, na verdade, servam só para fazer penetrar suas idéias em meios que doutra forma lhes seriam menos acessíveis; procuram até infiltrar-se insidiosamente em associações católicas e religiosas. Assim, em alguns lugares, mantendo-se firmes em seus perversos princípios, convidam os católicos a colaborar com eles, no chamado campo humanitário e caritativo, propondo por vezes coisas em tudo até conformes ao espírito cristão e à doutrina da Igreja. Em outras partes, sua hipocrisia vai ao ponto de fazer acreditar que o comunismo, em países de maior fé ou de maior cultura, tomará feição mais branda, não impedirá o culto religioso e respeitará a liberdade de consciência (Ibid, p. 29-30) .

O posicionamento das encíclicas parcialmente transcritas acima, vincula os adjetivos atribuídos ao comunismo ou socialismo, utilizados pelos autores em várias partes do livro, tais como : “Transtorno absoluto de toda ordem humana” , “Monstro horrendo”, “Ruína de todas as instituições”, “Seita destruidora de toda a sociedade civil”, “Seita pestífera”, “Seita demolidora”, “Seita abominável”.

Evidencia-se uma preocupação com o perigo de soluções moderadas e conciliatórias para a questão agrária, pois, as mesmas poderiam abrir caminho para um socialismo total.

Os argumentos utilizados para demonstrar o perigo de uma revolução socialista levam em conta o efeito da propaganda socialista na sociedade. Discute-se o sentido

do termo revolução, demonstrando-se que ela diz respeito a qualquer mudança na ordem social estabelecida seja ela violenta ou não, a partir do momento que a sociedade aceite tais mudanças, ainda que sejam decididas diretamente pelo voto ou por representantes.

Percebe-se, pela análise do tema, que a propaganda explícita seria pouco eficaz, daí o subterfúgio da utilização de meios mais eficazes como a omissão da verdade, mostrando ao público apenas um lado da questão, como o sensacionalismo sobre alguns temas sociais. Os autores procuram demonstrar que expressões do tipo “feudalismo” e “latifúndio” são tomadas no sentido pejorativo enquanto “democracia” e “Justiça social” são utilizados como termos progressistas. Para eles, democracia e justiça social, tal como são colocadas na propaganda socialista soam como se fossem a igualdade absoluta. *O próprio destas fórmulas consiste em que quem as emprega inocula por vezes o vírus do socialismo nas pessoas que as ouvem. E estas, por sua vez, não percebem que sua mentalidade se está tornando socialista.* (OLIVEIRA, *op.cit.* p.49).

Buscam as origens do socialismo na Revolução Francesa, a partir do princípio da igualdade absoluta entre os homens:

Implantando a igualdade política, a Revolução Francesa deixou intactas as desigualdades econômicas, bem como as desigualdades sociais que destas decorrem. Paralelamente com a expansão universal dos princípios revolucionários, um problema de fundo se delineou assim, ao longo de todo o século XIX, mais claro para alguns espíritos, menos claro para outros. Sobretudo as almas fortemente impregnadas de sentimentalismo romântico e filantrópico se mostraram impressionadas com ele. Esse problema poderia formular-se assim: se a igualdade natural entre os homens deve acarretar a igualdade política, por que não há de conduzir também à igualdade econômica e social? (*ibid.*, p.53.) .

A respeito da “Reforma Agrária”, os autores consideram que ao mesmo tempo causa repulsa por seu radicalismo, e também provoca paralisia pelo seu conteúdo igualitário como solução para os problemas sociais. Esta passividade poderia conduzir num segundo momento a uma Revolução Socialista.

A seguir, ocupam-se os bispos em alertar para o que denominaram *opiniões socializantes que preparam o ambiente para a “ Reforma Agrária”*. Detectam inclusive a influência não mais do sistema de idéias socialistas, mas de pensamentos e opiniões disseminados entre setores laicos que se reputam conservadores, mas que estariam aderindo ao socialismo moderado.

Observou-se que o principal objetivo argumentativo desta seção seria demonstrar que qualquer espécie de socialismo seria contrária a doutrina católica. Para

conseguir viabilizar seu intento, utilizam-se de freqüentes referências às encíclicas, cartas apostólicas e alocuções.

Num primeiro momento, os autores se centram nas questões relacionadas diretamente com a família, a propriedade privada, as desigualdades sociais e econômicas diante da moral e da doutrina social da Igreja. Defende-se, a seguir, a estrutura fundiária brasileira como produtiva e contribuidora para o progresso do país. As visões “distorcidas” à respeito do latifúndio seriam, fruto do avanço das idéias socializantes e, por isso, deve a opinião católica pronunciar-se contra a reforma agrária.

Esta “Reforma Agrária” que visa dividir as propriedades grandes e médias, seria extremamente contrária aos princípios católicos já que

Todos os Homens ativos e probos têm igual direito à vida, à integridade física, à fruição de condições de existência suficientes, dignas e estáveis. Mas é justo que os mais capazes, mais ativos, mais econômicos tenham, além deste mínimo, o que produzirem graças a suas superiores possibilidades. Daí decorre legitimamente a diferenciação das propriedades em grandes, médias e pequenas, e quiçá a existência de uma classe condignamente remunerada. (ibid. p.63.).

Afirmam os autores que a igualdade sonhada pelos socialistas é antinatural, citando como referência Leão XIII em sua *Rerum Novarum*, de 1891:

O primeiro princípio a por em evidencia é que o homem deve aceitar com paciência sua condição : é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os socialistas;mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu as diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força: diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições . esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença de suas respectivas condições.

A desigualdade como uma condição natural da existência humana seria a aplicação lógica do princípio dos Evangelhos de amar o próximo como a nós mesmos. A diferença entre as classes sociais deveria ser fruto da aplicação da justiça e da caridade cristã dos mais capazes para com os desafortunados. Preserva-se o direito de propriedade como um direito natural e mais ainda, divino e valoriza-se a fraternidade e a caridade, prática esta pregada desde os primórdios da Igreja Católica Romana.

Quanto à possibilidade de ascensão social colocam-se duas situações : desde que o homem receba uma remuneração digna (aquela que seria suficiente para o seu sustento e de sua família), não deve invejar a prosperidade alheia. Contudo, é seu direito buscar melhorar suas condições materiais. Com base neste raciocínio, voltam a citar a questão agrária, afirmando :

É justo que, num regime social equilibrado, possam os trabalhadores rurais, em larga medida, tornar-se proprietários de terras .

Sendo indispensáveis a um regime justo e equilibrado, em países como o Brasil, também a grande e a média propriedade , é necessário que o acesso do trabalhador à condição de proprietário não se opere em escala tal, que as propriedades desse tipo – e especialmente as médias – sejam raras, ou de todo inexistentes.

Além disto, é utópico pensar que o acesso do homem do campo à situação de proprietário se dê geralmente em proporções tais que sua terra possa absorver toda a capacidade de trabalho dele, e dar-lhe, bem como aos seus, todo o sustento. Muitos pequenos proprietários precisarão ser ao mesmo tempo assalariados, para aproveitarem suas horas disponíveis e obterem o necessário para sua condigna subsistência.

Por fim, cumpre lembrar que, nas condições concretas da vida terrena, não só haverá sempre pessoas que, sem terem qualquer propriedade, precisarão viver exclusivamente de seu trabalho, como outras que necessitarão da caridade para subsistir.

É uma glória da civilização cristã tornar tais situações tão pouco frequentes quanto possível. E é uma glória da igreja o afirmar em sua doutrina a sublime dignidade da condição de pobre, resignar o pobre à sua situação, e atrair em favor dos indigentes os tesouros da caridade cristã. (op.cit.p.113-114).

A valorização da tradição familiar nas elites também é tida como natural. Como tudo que vive, a família tende a se perpetuar e no caso das elites, a longevidade familiar é garantida pela procriação e faz com que os indivíduos que a ela pertencem herdem não apenas bens materiais mas toda uma tradição familiar. Portanto, famílias que honram suas tradições não merecem ser designadas, segundo os autores, de oligarquias pois as famílias são livres para fazer jus à uma condição elitista ou declinar dela.

A metáfora do “ Corpo Místico de Cristo” é utilizada para reforçar a “ importância” das elites tradicionais na sociedade, como se fosse semelhante a um corpo com órgãos diversos, sua a cabeça seria constituída pelas “ mais altas elites tradicionais” .

Os autores da “ Reforma Agrária”, acreditam que a divisão territorial brasileira em propriedades grandes, médias e pequenas é justa e que se estas forem extintas, as propriedades pequenas não conseguiriam subsistir sem a ajuda do Estado , caindo no coletivismo, tal como ocorreu na União Soviética. Além do que, neste sistema, afirmam, os trabalhadores não teriam estímulo para progredir. Utiliza-se como exemplo da impossibilidade de conseguir a igualdade social plena, o próprio regime soviético, onde os

funcionários do Kremlin e os engenheiros detinham vários privilégios, em contraposição aos operários. Desta forma : “Quaisquer que sejam as vicissitudes pelas quais as formas do governo são chamadas a passar, haverá sempre entre os cidadãos essas desigualdades de condições, sem as quais uma sociedade não pode existir nem conceber-se”.(*LEÃO XII apud OLIVEIRA, op.cit.p.65*).

Diante do quadro de apreensão a respeito de uma reforma agrária que pudesse agredir o instituto da propriedade privada, indagam os autores: deve a opinião católica pronunciar-se sobre a reforma agrária ? Antes de uma série de argumentos para legitimar um “ sim” , lembram que a Igreja católica é a “depositária, a mestra e a defensora da lei de Deus”. Diante disso, cabe à Igreja declarar se a “Reforma Agrária” é ou não contrária a esse mandamento. Por isso, a Igreja não deve calar-se diante da injustiça, devendo pronunciar-se contra os abusos da estrutura agrária atual sem, no entanto, condená-la totalmente. A Igreja não se opõe ao capitalismo, mas sim, contra os abusos deste. Deve exigir condições de existência dignas e suficientes para os pobres mas, ao mesmo tempo , deve assegurar o direito de ricos serem ricos.

Qualquer projeto de reforma agrária que agrida o princípio de desigualdade entre as classes sociais deve ser repellido de maneira firme como uma cruzada pela fé. Censura-se os que não querem combater pela fé:

Há efetivamente quem pense que não convém resistir de frente à iniquidade quando poderosa e dominante , com medo, dizem, de que a oposição assanhe ainda mais os inimigos . Os homens que assim falam, não se sabe se são a favor da igreja ou contra ela . por outro lado afirmam que professam a doutrina católica; mas ao mesmo tempo quereriam que a Igreja deixasse livre curso a certas teorias que dela discordam . Lamentam o decaimento da fé e a corrupção dos costumes, mas não tratam de aplicar-lhe remédio, se é que com sua excessiva indulgência, ou com perniciosa dissimulação, não agravam muitas vezes o mal. (*ibid. p.173*).

Deve o Católico enfrentar os maus pois: “Recuar diante do inimigo , ou calar-se quando de toda parte se ergue tanto alarido contra a verdade, é próprio de homem covarde ou de quem vacila no fundamento de sua crença” (*OLIVEIRA, loc.cit.*).

Defende-se que tanto os bispos quanto os católicos leigos se pronunciem a respeito da “ Reforma Agrária” por ser tanto matéria econômica e social, mas, também é oportuno que se reflita sobre a perspectiva religiosa a respeito do assunto. A este respeito , se posicionou Pio XII da seguinte forma :

A questão social, diletos filhos, é sem dúvida também uma questão econômica, mas é muito mais uma questão que diz respeito à regulação

ordenada do consórcio humano, e, no seu mais profundo sentido, uma questão moral e portanto religiosa.⁸ (ibid. p. 161.).

Quanto à questão da pobreza, coloca-se que a Igreja sempre foi a favor dos pobres. Isto não significa que deva ser contrária aos ricos que sejam “justos”. Defende-se uma harmonia social à partir do amor a Cristo, condenando-se também os “maus ricos” : “Ai de vós que sois ricos, porque tendes a vossa consolação. Ai de vós que estais fartos, porque vireis a ter fome”(Luc. 6, 24-25 apud OLIVEIRA, op.cit., p.166).

Em suma, ressaltam que na terra podem existir ímpios felizes e justos infelizes , Deus julgará todos no juízo final, dando a cada um a sua recompensa. Para às nações não se aplica este princípio, também estão sujeitas à justiça divina, mas como não há Estados no céu ou no inferno, seu julgamento ocorrerá neste mundo. Somente a nação virtuosa (católica e fiel à Roma) será feliz e a pecadora, infeliz.

Diante de um discurso tão claramente favorável às atitudes concretas dos católicos contra o “inimigo” , torna-se mais compreensível como foi possível a a mobilização popular contra a “ameaça comunista” e o papel desempenhado pelos conservadores por ocasião do Golpe de 1964. Permite ainda entender o firme propósito dos Bispos Sigaud e Mayer durante sua participação no Concílio Vaticano II em obter uma condenação ao comunismo, aliás algo que foi ignorado pelo Vaticano, sendo este, parte dos motivos que levaram D. Mayer ao chamado Cisma de Campos⁹.

De qualquer forma, a campanha dos tradicionalistas surtiu um efeito rápido, porém, importante em termos políticos, com o apoio ao Golpe de 1964 por parte da própria CNBB, num momento em que a Revolução Socialista parecia realmente um perigo à Igreja. A CNBB preferia “agradecer” aos militares pelo socorro prestado à nação:

O Brasil foi, há pouco, cenário de graves acontecimentos, que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra.

E um pouco mais adiante :

Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos

⁸ Pio XII, Discurso de 12 de setembro de 1948, por ocasião do 80º aniversário da Juventude italiana da Ação Católica – “ Discorsi e Radiomessaggi”, Vol. X, pág.210. apud OLIVEIRA, op.cit. ,p.161.

⁹ O Bispo de Campos D. Antonio de Castro Mayer não aceitou o novo Missal do Papa Paulo VI continuando a adotar em sua diocese a liturgia do Missal Tridentino .

interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente (CASTRO, 1985,p.17-18).

Em breve, este apoio inicial se converteria em duras críticas ao Regime Militar que custaria a alguns clérigos sérias perseguições e torturas.

É fato que esta posição integrista frente à complexidade cada vez maior da sociedade brasileira não se sustentou por muito tempo. O próprio D.Sigaud, acabou rompendo com o grupo TFP em 1969, após a publicação de uma declaração em que o bispo se mostra “favorável aos métodos de desapropriação instituídos pelo Ato Adicional Número 9” (MACHADO, 1980, p.215). Para uma organização que tomava rumos cada vez mais radicais, mesmo num momento político ultra repressor por parte dos militares, Sigaud prefere permanecer fiel ao governo e ao Vaticano, afastando-se de D. Mayer e da organização que ele mesmo ajudou a fundar. Esta posição foi interpretada da seguinte maneira pela TFP:

Tendo sido seu pronunciamento reproduzido largamente, com o risco de indispor alguns setores da opinião nacional contra a atuação anticomunista da TFP, tornava-se imperioso que a entidade saísse por sua vez a público. Em suas declarações, o Arcebispo de Diamantina afirmava que o seu afastamento em relação à TFP fora consequência do apoio por ele dado à reforma agrária do governo, que considerava justa e cristã, e à reforma litúrgica determinada pela Santa Sé. D. Sigaud lamentava a dissensão, mas *“por um problema de consciência, não podia deixar de ajudar o governo ou ser contra o Papa.”* (MACHADO, 1980,p. 216)

Talvez sua posição se devesse à perspectiva de que o “perigo vermelho” estava definitivamente afastado do país pela repressão da ditadura. Os projetos institucionais da Igreja seriam mais importantes que posições teológicas isoladas porque as pessoas “passam” e a instituição permanece, foi assim por dois milênios. O próprio Sigaud acabou por ser vítima das próprias convicções quando “ em meados dos anos 80, chegou a pedir ao presidente João Figueiredo a expulsão do padre espanhol Pedro Casaldáliga, representante da chamada Teologia da Libertação. Três dias depois, pediu aposentadoria, alegando problemas de saúde”(Época, 1999, ed.69).

O conservadorismo católico, no entanto, ressurgiu no Brasil com o fim da ditadura militar em novas vertentes. A desilusão dos fiéis com a política fortalece cada vez mais a crença no sobrenatural, um fenômeno que fortalece movimentos como a Renovação Carismática Católica. Para a ortodoxia católica as questões mais aflitivas são outras. Após o Vaticano II, a Igreja já não se eleva acima do mundo. A permanência nele se torna a maior responsável pela resistência conservadora. Se a Igreja precisa se inserir no mundo, seu grande desafio são as grandes transformações científicas e culturais que podem comprometer

a própria existência humana , não mais como questão teológica mas como algo concreto e real¹⁰.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA :

- ALBERIGO, Giuseppe (Dir.) . *História do Concílio Vaticano II*.Petrópolis: Vozes, 1996, v.1.
- ANTOINE, Charles. *O integrismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- AVRAHAM, John. *Os judeus do Vaticano*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- CASTRO, Marcos. *A Igreja e o autoritarismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CORNWELL, John. *O Papa de Hitler*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- DELLA CAVA, Ralf . *Igreja e Estado no Brasil do séc. XX . Estudos Cebrap*, São Paulo, Ed. Brasileira de Ciência, n.12, p.5-52 , abr.-jun., 1975.
- DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores : História dos Papas*.(trad. Luiz Antônio Araújo) . São Paulo : Cosac &Naify, 1998.
- MACHADO, Antonio Augusto Borelli(org.) . *Meio Século de Epopéia Anticomunista – Coleção Tudo Sobre a TFP*. 2.ed. São Paulo: Vera Cruz, 1980.p.215.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985) – Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2003.
- OLIVEIRA, Plínio Correia de et alii . *Reforma Agrária questão de Consciência*. São Paulo : Vera Cruz, 1960.
- PIO XI . *Divini Redemptoris* (Sobre o comunismo ateu) 6.ed. Petrópolis : Vozes, 1959, v.I, p. 29-30.
- PIO XI. *Quadragesimo Anno* (Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social) . 5.ed. Petrópolis: Vozes,1959. 3, v.I, p.44.
- Revista Época*, ed. 69 , A morte do Bispo Tradicionalista , 13/09/1999.

¹⁰ É a posição de João Paulo II na *Centésimus Annus* , quando trata dos problemas do mundo contemporâneo decorrentes da globalização, dos avanços científicos e tecnológicos e da questão ambiental.